



ENCONTROS E DESENCONTROS RELIGIOSOS: O CONFRONTO ENTRE BATISTAS E CATÓLICOS ROMANOS NO BRASIL

Edilson Soares de Souza^{1*}

Identificar e combater o inimigo não são comportamentos exclusivos da expressão religiosa contemporânea, pois, segundo Arthur Herman, “protestantes e católicos explicaram da mesma maneira as guerras religiosas na Europa do século XVI em termos do Apocalipse e da luta contra um Anticristo ameaçador”.² Com isso, protestantes e católicos romanos, nos últimos cinco séculos, protagonizaram alguns conflitos entre si, mas foram capazes também de unir forças para enfrentar inimigos comuns, como disse Herman.

O presente texto propõe identificar e analisar alguns confrontos entre batistas e católicos, no contexto social brasileiro do final do século XIX e nas primeiras décadas do século seguinte, não tendo a pretensão de apontar todos os conflitos entre os dois segmentos religiosos, como também não objetiva dar uma palavra conclusiva sobre o assunto.

Pode-se pensar que a ideia de confronto entre grupos religiosos está associada à figura de um inimigo, real ou imaginário. Para Rubem Alves, “o inimigo é aquele que deseja a minha perdição. Inimigo é aquele com quem não se pode nem dialogar nem cooperar. No diálogo, os participantes

1 * Edilson Soares de Souza (Ms.). Bacharel em teologia pelo Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil, psicólogo clínico com formação em Teoria Relacional Sistêmica, professor na Faculdade Teológica Batista do Paraná, mestre e doutorando em História pela UFPR e pesquisador do Núcleo Paranaense de Pesquisa em Religião (NUPPER). O presente texto é uma adaptação de parte da dissertação de Mestrado em História, defendida na Universidade Federal do Paraná (UFPR, 2008), analisando os temas político-doutrinários registrados nos anais da Convenção Batista Brasileira (CBB), como resultado das assembleias anuais realizadas pelos batistas brasileiros entre 1974-1985. O texto completo está disponível em: <<http://hdl.handle.net/1884/14589>>, ou SOUZA, Edilson Soares de. *Diálogos (re) velados: a trajetória e os discursos político-doutrinários dos batistas brasileiros (1974-1985)*. Curitiba 2008. 165 f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

2 Arthur HERMAN. *A ideia de decadência na história ocidental*. Trad. Cynthia Azevedo e Paulo Soares. Rio de Janeiro e São Paulo: Editora Record 1999, p. 28.

se definem como companheiros numa busca comum”.³ A análise que será feita, a partir dessa afirmação de Alves, procura responder a uma questão: os confrontos religiosos podem favorecer a construção de uma identidade coletiva, partindo da compreensão da existência de um inimigo a ser combatido?

De acordo com a Convenção Batista Brasileira – CBB –, os batistas iniciaram a sua trajetória no Brasil num período de transformações sócio-políticas, considerando que, no século XIX, o país experimentou a passagem para o regime político republicano. Dessa forma, as trajetórias dos batistas e da República do Brasil se perpassam no final do século XIX, buscando uma afirmação nas primeiras décadas do século XX. Cabe dizer que o apoio dos protestantes – entre eles os batistas da CBB – às leis republicanas, principalmente as que legitimavam a separação entre Estado e Igreja, contrastava com os interesses da Igreja Católica Apostólica Romana, que percebia a sua influência reduzir-se com os avanços do novo sistema político.

Nesse período de transformações sócio-políticas no Brasil, alguns líderes do catolicismo romano foram identificados como uma ameaça ao avanço do evangelho em toda a América Latina, confirmando assim a intenção de alguns grupos protestantes, no sentido de se eleger um inimigo que seria combatido. Essa ausência de tolerância religiosa no final do século XIX e começo do século XX, revelando uma relação de atritos entre batistas e católicos romanos, foi um elemento que contribuiu para o fomento e a permanência dos embates entre os dois grupos da cristandade, avançando até meados do século XX, quando se deu um processo de aproximação entre alguns segmentos do protestantismo brasileiro e do catolicismo romano.

A posição separatista dos batistas, não apenas no Brasil, mas também nos Estados Unidos da América, inspirou a produção de uma obra em inglês, que foi publicada aqui com o título *O rasto de sangue: acompanhando os cristãos através dos séculos, ou a história das Igrejas Batistas desde o tempo de Cristo, seu fundador, até os nossos dias*.⁴ Segundo a tese de J. M. Carroll, cristãos com princípios e valores religiosos

3 Rubem ALVES. *Religião e repressão*. São Paulo: Loyola 2005, p. 286.

4 J. M. CARROLL. *O rasto de sangue*. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista [195?]. O autor da obra é o Dr. J. M. Carrol, que publicou a sua tese nos Estados Unidos, com grande aceitação pelos religiosos do continente americano. No Brasil, segundo Walter B. McNealy, que fez a apresentação do livro, ele veio para preencher uma lacuna sobre a história da igreja e servir como manual de História da Igreja, inclusive sobre a história dos batistas.

semelhantes aos defendidos pelos batistas contemporâneos sempre existiram, e isso simultaneamente ao desenvolvimento do catolicismo romano na Idade Média. Na interpretação de Carroll, embora esses grupos fossem conhecidos por outros nomes, eles representaram o pensamento dos discípulos de Jesus Cristo desde a organização das primeiras igrejas cristãs, sendo identificados e nomeados de batistas desde o século XVII, a partir da Holanda. Com essa hipótese, que revela algumas dificuldades historiográficas para se sustentar, principalmente pela falta de fontes históricas confiáveis, Carroll desejou afirmar que a identidade batista começou a ser construída nos primeiros momentos do cristianismo, e permaneceu até meados do século XX. Embora fosse uma tese muito aceita no meio da denominação batista, sendo vista com simpatia pelos adeptos religiosos no Brasil, desconhece-se, até o momento, um conjunto de documentos que possa indicar com segurança essa continuidade e permanência entre os seguidores do cristianismo, desde a época do Império Romano até os batistas da atualidade.

Após os primeiros séculos da cristandade, é no período medievo (portanto, antes da Reforma Protestante do século XVI), que se percebe uma Igreja Cristã tida como oficial, reconhecida pelas sociedades civis e pelas instâncias políticas, identificada como Igreja Católica Apostólica Romana. Essa Igreja representou a religião oficial de muitos Estados, passando a decidir sobre questões doutrinárias e de práxis, além de instruir sobre demandas econômicas e políticas. Assim, ela conquistou e conservou um poder centralizador, tanto com relação à administração pública quanto às orientações junto aos seus seguidores. Contudo, até a Reforma e preponderantemente durante a Idade Média, outros grupos religiosos se apresentaram como cristãos, mas dissociados da Igreja Romana. Uma parte desse segmento cristão foi considerada dissidente e até tida como herege pela Igreja oficial da cristandade, e isso no período anterior ao processo reformista.

Com o advento da Reforma, a partir do século XVI, as igrejas protestantes se multiplicaram na Europa, avançando em direção das colônias da América do Norte e chegando posteriormente ao Sul da América. Seguindo as migrações sociais que se deslocavam em direção de novas oportunidades além da Europa, os adeptos do protestantismo defendiam a livre interpretação das Sagradas Escrituras, algo fundamental para a sustentação do movimento que eclodiu na Alemanha, e que se espalhou pelo Ocidente.

Passando pelo século XVII, que acompanhou a consolidação do processo reformista na Europa, no que pese as divergências entre alguns

pensadores vinculados ao protestantismo, e avançando pelos séculos XVIII e XIX, nota-se a chegada de missionários protestantes aos países da América Latina, vindos da Europa e Estados Unidos da América. É nesse contexto sócio-cultural que se observa, por parte das missões protestantes, uma tentativa de se introduzir algumas práticas religiosas das igrejas de origem, que seriam reproduzidas por aqui. Assim, a América Latina se constituiu num espaço de expansão missionária, mas também num campo de reprodução de costumes e hábitos – morais e religiosos –, trazidos pelos missionários estadunidenses.

Para Michael Löwy, que faz uma análise do protestantismo brasileiro contemporâneo, enquanto o continente Latino-americano acompanhou o grande movimento dos grupos pentecostais, observou-se que “a cultura política/religiosa conservadora predominante na maioria das Igrejas evangélicas normalmente as transforma em defensoras passivas ou ardentes do *status quo*, e muitas vezes até de ditaduras militares, tais como as do Brasil, do Chile e da Guatemala”.⁵ Por esse viés de análise, a trajetória dos batistas no Brasil pode ser percebida a partir desses elementos citados por Löwy, pois o grupo religioso em questão optou por uma postura conservadora no que se refere à política, não se expondo politicamente e nem se colocando em oposição às correntes ideológicas que ocuparam o poder durante as fases distintas da República no Brasil, inclusive nos períodos marcados pelos regimes autoritários, como se percebeu nos anos de 1964-1985.

Quando se analisa o posicionamento dos batistas com relação aos católicos romanos, ou com relação aos vários estilos de governos durante a República, nota-se uma maior tolerância daqueles religiosos com os manejos da política – mesmo nos regimes militares –, em comparação com a ação dos católicos romanos, identificados como ameaçadores ao avanço institucional de parte do protestantismo. Fundamenta-se essa afirmação na análise de um documento elaborado em 1980 pela Convenção Batista Brasileira, indicando a sua expectativa junto ao governo federal, demonstrando o seu desejo de ver as forças políticas atuando com firmeza no contexto sócio-cultural, impedindo que a sociedade sofresse com uma liberdade além dos limites tolerados, pelo menos, segundo a interpretação dos batistas.⁶

5 Michael LÖWY. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Trad. Vera Lúcia M. Joscelyne. Petrópolis: Vozes 2000, p. 185.

6 Os termos desse reconhecimento pelos batistas da CBB ficaram registrados no documento elaborado em 1980, e encaminhado ao Presidente da República, o então general João Batista Figueiredo, como analisado no terceiro capítulo da dissertação anteriormente indicada.

Se a aproximação dos batistas pode ser notada com relação aos políticos brasileiros, o mesmo não se pode dizer com relação à liderança católica no Brasil. Da mesma forma que se produziu um pensamento anticatolicismo por parte de alguns segmentos do protestantismo norte-americano,⁷ algo semelhante aconteceu entre os batistas brasileiros, indicando uma possível assimilação de um modelo religioso estadunidense, motivando a manifestação de alguns confrontos entre grupos da cristandade.

Criou-se, assim, a necessidade de os batistas se diferenciarem de forma significativa dos romanistas. Essa atitude de confronto ganhou forma e tornou-se recorrente, desde o século XIX, até perto das comemorações do primeiro centenário da coletividade religiosa batista no Brasil. Cabe dizer que as divergências entre católicos e protestantes remontam a um período anterior ao ano de 1890, quando houve a promulgação do Decreto 119-A, instituindo a separação legal entre Igreja e Estado.⁸ Estes encontros e desencontros religiosos evoluíram até a década de 1950, quando um movimento ecumênico aproximou os dois segmentos cristãos.⁹ Diante desse quadro, a relação entre católicos e protestantes, no final do século XIX e início do século XX, foi de permanente tensão, gerando os mais variados confrontos no contexto social brasileiro, que algumas vezes se tornaram intensos e ríspidos, e isso de ambas as partes.

Quando se faz referência à separação entre Igreja e Estado, no contexto dos grupos protestantes, compreende-se que o conceito de igreja aplica-se a uma pluralidade de instituições religiosas locais. Essas igrejas locais estão associadas umas às outras por afinidades político-doutrinárias, como também por complexos sistemas de crenças. Por esse motivo, quando se analisa a relação do protestantismo com a legislação que estabelece a separação entre Estado e Igreja, deve-se buscar uma compreensão do pensamento de cada grupo religioso, inclusive com as suas organizações e instituições. Com isso, pode-se observar as interpretações que esses

7 Antonio Gouvêa MENDONÇA. *O Celeste Porvir: a inserção do Protestantismo no Brasil*. 3.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo 2008, p. 115-118.

8 O objetivo do texto não é datar o momento quando tais divergências ou confrontos se originaram entre católicos romanos e protestantes, no contexto brasileiro. Em *Negro não entra na igreja: espia da banda de fora*, de José Carlos Barbosa, pode-se ler parte de um sermão atribuído a Simonton, que foi publicado pela *Imprensa Evangélica* em 1868 (p.

64), considerando a Igreja Católica distante do evangelho e, portanto, não cristã.

9 Para uma compreensão mais objetiva do processo de aproximação entre católicos e protestantes no Brasil, indica-se a leitura da tese de Agemir de Carvalho Dias, sobre o processo de ecumenismo no Brasil (1954-1994). Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1884/14054>>.

mesmos grupos processaram, como ainda processam, sobre determinados temas, sejam doutrinários ou político-sociais.

Com relação à Igreja Católica, existe um pensamento oficial que se materializa no discurso autorizado do papa. No protestantismo, não existe apenas um pensamento oficial, mas uma pluralidade de pensamentos individuais e coletivos, que representam os vários grupos no Brasil, e que são autorizados de acordo com os critérios estabelecidos pelos sistemas eclesiásticos que os sustentam. Pode ser essa diferenciação uma forma de se buscar construir uma identidade religiosa diferente da observada no catolicismo romano? A resposta, em parte, pode ser afirmativa.

No caso dos batistas brasileiros, o discurso autorizado encontra na coletividade religiosa local a sua legitimação, como também nas associações regionais e estaduais que congregam as igrejas locais. Cabe lembrar que cada igreja batista local é autônoma, sendo formada por uma diretoria estatutária, cujo presidente é eleito pela maioria dos membros da coletividade local. O presidente e a diretoria da igreja respondem pelos atos decisórios da congregação, seja judicial ou extra-judicialmente; e embora o presidente de uma determinada igreja batista local responda pelos atos daquela única instituição, ele não responde pelos atos dos membros a ela vinculados. Dessa forma, observa-se que as igrejas batistas são organizações com dinâmica própria, não respondendo pelos atos de outras igrejas batistas. Essas igrejas podem estar vinculadas umas às outras para fins de cooperação, e tão-somente, não existindo qualquer ingerência de uma sobre a outra.

Como foi dito anteriormente, no início da trajetória dos batistas houve a intenção de se estabelecer uma diferença com relação aos grupos religiosos já instituídos, pelo menos no final do século XIX e início do XX. Embora a relação entre batistas e os adeptos de outros credos de confissão evangélica fosse amistosa, não existindo uma rivalidade explícita, ou mesmo situações de confrontos abertos, houve questões polêmicas.¹⁰ Para os batistas do início do século XX, defensores de um modelo religioso sistematizado nos Estados Unidos da América e aplicado pelos missionários enviados ao Brasil, os católicos viviam práticas contrárias às convicções dos cristãos nos primeiros séculos da cristandade.

Um autor batista traduziu parte do pensamento da coletividade religiosa, remetendo a uma rivalidade – embora implícita – entre grupos religiosos de formação cristã, ao dizer:

10 Essas questões não serão consideradas neste texto, pois o objetivo não é tratar das relações entre batistas e demais grupos protestantes, mas considerar a relação de confronto entre batistas da Convenção Batista Brasileira e os católicos romanos.

*nem sempre o nosso povo tem sido chamado de ‘batistas’, mas na sua crença e na sua praxe são substancialmente idênticos com as igrejas do Novo Testamento. Diferentes de muitas outras denominações, os batistas não tiveram a sua origem dentro destes últimos três ou quatro séculos, ligada a uma personalidade humana.*¹¹

Ao fazer essa afirmação apologética sobre os religiosos, publicada por uma editora batista chamada Junta de Educação Religiosa e Publicações – JUERP – em 1980,¹² o autor ajudou a conservar, no imaginário do grupo, a ideia de isolamento e distanciamento dos batistas com relação aos católicos e também com relação aos outros grupos protestantes, alimentando uma intenção de separação relativa aos outros segmentos confessionais, evitando-se um diálogo inter-religioso.

No entanto, não foram somente os batistas da CBB que alimentaram esse tipo de pensamento com relação aos católicos romanos. Para Duncan Alexander Reily, que analisa o período compreendido entre 1889-1964, nota-se que,

*a tônica do relacionamento protestante-católico romano continuou no presente período a ser basicamente de rivalidade e conflito. Os protestantes prosseguiram o combate aos ‘erros do romanismo’: idolatria (uso de imagens, mariolatria), negligência na difusão e leitura da Bíblia, ignorância e superstição do povo católico e imoralidade do clero.*¹³

Para Reily, “uma boa parte da motivação do trabalho protestante continuava a ser o anticatolicismo”.¹⁴ Em contrapartida, os católicos no Brasil combateram os vários grupos de confissão protestante, pois acreditavam não apenas na salvação por meio da Igreja, mas em sua influência sobre a sociedade brasileira:

11 E. C. ROUTH. *Quem são eles?* Trad. A. Bem Oliver. 5. ed. Rio de Janeiro: JUERP, 1980, p. 46.

12 A Junta de Educação Religiosa e Publicações (JUERP), vinculada à Convenção Batista Brasileira, desenvolveu atividades de elaboração, publicação e distribuição de literatura religiosa voltada para o público protestante em geral, e isso durante décadas, como também forneceu material para as igrejas batistas em todo o Brasil.

13 Duncan Alexander REILY. *História documental do protestantismo no Brasil*. São Paulo: Associação de Seminários Teológicos Evangélicos – ASTE 1984, p. 224.

14 Ibid., p. 225.

crendo que extra ecclesiam, nulla salus, e classificando os protestantes de hereges, o catolicismo não podia deixar de se opor ao protestantismo. Geralmente, a oposição não tomou a forma de perseguição aberta (embora tenham ocorrido casos de perseguição, em geral em virtude de provocação pelos protestantes), mas assumiu formas mais sutis.¹⁵

Compreende-se que o espaço religioso-político pode ser também um campo simbólico, além da possibilidade de se constituir num espaço fronteiriço. Isso significa dizer que nesse campo simbólico podem existir fronteiras rígidas, em alguns momentos, como também fronteiras flexíveis, em outras situações. Entre as construções político-doutrinárias e os campos simbólico-fronteiriços, os confrontos entre batistas e católicos não tardaram, pois “se não houve mudança essencial na hostilidade mútua entre católicos e protestantes, a República trouxe novidades dignas de nota”, principalmente com relação à segurança e legalidade de expressão religiosa no espaço público.¹⁶ Para os batistas, essa segurança legal foi importante em sua trajetória eclesiástica e de inserção social. Aquele momento de transição política – passando para um regime republicano – marcou as instituições brasileiras, pois “na República, em lugar de mera tolerância do culto protestante, o decreto 119-A (...) garantia a ‘plena liberdade de cultos’, e a Constituição garantia o livre exercício e propaganda da religião evangélica”.¹⁷

É inegável que, além de uma intenção legal, houve separação entre Igreja e Estado, pois não se pode desprezar a memória política nacional na expressão do Decreto 119-A (1890). Todavia, os próprios batistas, ao afirmar que houve separação entre Igreja e Estado, fazem-no com alguma ressalva, pois entendem que essa separação ocorreu até certo ponto, já que os católicos continuaram influenciando determinadas decisões do Estado. Com isso, o espaço religioso-político constituiu-se num lugar privilegiado para que católicos e batistas pudessem difundir os seus ideais doutrinários, como também as suas concepções de sociedade, inclusive apregoando o pensamento da coletividade sobre moralidade e ética cristã, buscando assim uma constituição de identidade, a partir dos encontros e desencontros religiosos.

Embora os dois grupos – batistas e católicos romanos – fossem

15 Id.

16 Id.

17 Id.

defensores dos princípios do cristianismo, os confrontos entre eles podem ter cumprido a função de estabelecer uma diferença entre um e outro, apontando para uma possível constituição de identidade religiosa. Para que esse objetivo fosse alcançado, identificar o inimigo e lutar contra ele eram estratégias praticadas pelos batistas no Brasil, que buscavam se diferenciar do catolicismo romano, já conhecido dos brasileiros – embora nem sempre praticado com um forte compromisso individual, pelo menos na percepção de alguns clérigos católicos.

Percebe-se, então, que o catolicismo ocupou o lugar de um inimigo a ser combatido no imaginário dos batistas, e o pensamento do grupo sobre si mesmo (de ser um autêntico representante da cristandade do primeiro século) ajudou no processo de distanciamento com relação aos outros grupos protestantes. Dessa forma, o espaço religioso-político não foi utilizado, prioritariamente, como um elemento de aproximação entre os adeptos das várias confissões no universo cristão. Ao contrário, esse mesmo espaço religioso-político constituiu-se num campo para disputas e confrontos, visando a obtenção dos privilégios e dos direitos, que na República eram legitimados e salvaguardados pelo Estado.

Os embates entre batistas e católicos se mostraram mais intensos, pelo menos em três vertentes: a) na ocupação do espaço sócio-religioso-político, quando da constituição do regime republicano, que gerou certa expectativa de mudanças na sociedade brasileira; b) na utilização dos meios de comunicação, dando destaque para a imprensa, tanto confessional quanto secular; c) no empenho de realizar campanhas, visando desacreditar e impedir o avanço do grupo religioso rival.

Assim, a configuração da ordem sócio-política, que se instalou na primeira República – entenda-se a proteção e legalidade constitucional para todos os credos –, não foi bem recebida pelo segmento católico romano, que decidiu empreender esforços no sentido de reverter esse quadro no novo regime político. Esses esforços se caracterizaram por tentativas, da parte dos Cardeais Católicos, no sentido de impedir que o Estado continuasse a promulgar leis que fossem favoráveis à pluralidade religiosa e à multiplicidade dos credos. Basicamente, a estratégia da Igreja Católica, nos primeiros passos republicanos, foi no sentido de se posicionar junto aos representantes do governo, mostrando a sua forma de conceber a sociedade, e esperando que os políticos revisassem e alterassem os dispositivos constitucionais, sobretudo aqueles que iam contra os interesses da Igreja no Brasil.

Nesse sentido, Dom Sebastião Leme destacou-se numa firme posição de defender os ideais e interesses da Igreja, desejando retomar

uma antiga posição de influência sobre os segmentos da sociedade civil brasileira, notadamente na área educacional.¹⁸

Na percepção de Scott Mainwaring, que se ocupou da análise da instituição católica romana no Brasil, pode-se afirmar que:

*de um modo geral, entre 1890 e 1916 a Igreja se preocupou sobretudo com a consolidação de reformas internas, mas alguns líderes começaram a promover uma presença mais marcante na sociedade, antecipando o modelo da neocristandade. O surgimento do modelo da neocristandade pode ser datado de 1916, mas os vinte e cinco anos precedentes se caracterizaram por adaptações institucionais aos desafios de existir numa república secular.*¹⁹

De acordo com Mainwaring, que apontou para um catolicismo brasileiro dividido entre a sua vocação missionária, com ênfase político-doutrinária, e a sua intenção de apoiar os direitos do povo, com uma missão de influência social,

*o esforço de desenvolver um catolicismo mais vigoroso e de penetrar nas principais instituições sociais também era relativamente novo. A nova missão da Igreja era cristianizar a sociedade conquistando maiores espaços dentro das principais instituições e imbuindo todas as organizações sociais e práticas pessoais de um espírito católico.*²⁰

Em contrapartida, ao empreender algumas considerações sobre os confrontos entre batistas e católicos romanos, as reflexões de Israel Belo de Azevedo ajudam a entender esse quadro de rivalidade entre os dois segmentos religiosos. Azevedo analisa as recorrentes disputas, no Brasil, entre protestantismo e catolicismo, afirmando que “os batistas, a exemplo dos outros protestantes, se compreenderam a si mesmos como uma ‘seita sitiada’ pelo catolicismo, tido como pagão e principal estorvo à

18 Indica-se o artigo do Dr. Euclides Marchi sobre *O mito do Brasil Católico: Dom Sebastião Leme a os contrapontos de um discurso*. O texto foi publicado na revista *História: Questões e Debates*, ano 15, nº 28, janeiro a julho de 1998, p. 55-75, pela Editora da Universidade Federal do Paraná.

19 Scott MAINWARING. *A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)*. Trad. Heloisa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense 1989, p. 42-43.

20 *Ibid.*, p. 45.

expansão do seu cristianismo”.²¹ Para o autor, na percepção da coletividade batista, o grupo estava em permanente perigo, representado pelos católicos brasileiros.

Ao propor uma análise do conteúdo jornalístico do Órgão Oficial da Convenção Batista Brasileira, nomeado de *O Jornal Batista* (OJB), Azevedo afirma que:

*toda a articulação doutrinária do OJB é anticatólica, informa-se nisto, baseia-se nisto. À hipótese de ser a controvérsia um mal que se deva aniquilar, o periódico reage negativamente: ‘combatemos sempre claramente, e sem eufemismo, o erro qualquer que seja, quem quer que seja, respeitando todavia as pessoas que considerarmos em erro.’*²²

O texto publicado em *O Jornal Batista*, e referenciado por Azevedo em sua pesquisa, é datado de 17 de setembro de 1931. Isso significa dizer que os batistas, após o transcorrer de toda a Primeira República, compreendiam os confrontos religiosos com os católicos e outros grupos como exercícios positivos de afirmação de sua presença no contexto social e, talvez, de sua constituição de identidade religiosa.

Ao analisar os confrontos entre os dois grupos religiosos anteriormente citados, nota-se que a posição defensiva de parte do protestantismo brasileiro, revelada em 1931, estava presente também em 1984, quando da produção de um documento sobre diálogos entre os dois segmentos, como se pode ler:

AO CONSELHO GERAL DA ALIANÇA BATISTA MUNDIAL. Berlim, 26 de julho de 1984. A Convenção Batista Brasileira em sua última assembleia, realizada em Porto Alegre, com a presença de mais de 2.000 mensageiros, aprovou unanimemente a seguinte resolução: Expressar ao Conselho Geral da Aliança Batista Mundial o profundo pesar de mais de 700.000 batistas brasileiros face à resolução desse Conselho de manter conversações com dignatários da Igreja Católica Romana. Como grupo minoritário, num país católico, os

21 Israel Belo AZEVEDO. *A palavra marcada: um estudo sobre a teologia política dos batistas brasileiros, de 1901 a 1964*, in: O JORNAL BATISTA. Rio de Janeiro 1983. 375 f. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil, p. 202.

22 Ibid., p. 205.

*Batistas brasileiros receiam que a decisão do Conselho venha fortalecer a afirmação da Igreja Católica no Brasil segundo a qual a obra de evangelização dos Batistas é mero proselitismo, desnecessário no Brasil, que é um país cristão (Católico).*²³

Dessa forma, ao se colocar como um grupo minoritário, os batistas estavam afirmando que os católicos ainda se constituíam num segmento ameaçador aos avanços da influência sócio-religiosa do grupo protestante, e isso em 1985. No entendimento da Convenção Batista Brasileira, se os católicos romanos ainda são maioria e exercem influência sobre a sociedade brasileira, eles precisam ser vigiados, pois permanecem como uma ameaça à coletividade religiosa de confissão batista.

Assim, a estratégia batista utilizada após a Proclamação da República, no final do século XIX, identificando os católicos romanos como inimigos do grupo protestante, permaneceu no imaginário da coletividade durante décadas, revelando-se no documento publicado pela Convenção Batista, lembrando os desencontros que se sucederam ao longo de décadas, até perto do final do século XX.

Então, pode-se responder à pergunta sobre a constituição de uma identidade religiosa a partir dos confrontos, entendendo que eles podem ser considerados como mecanismos de diferenciação entre grupos religiosos, permitindo e favorecendo a inserção dos minoritários – nesse caso os batistas da CBB – numa sociedade influenciada pelos majoritários – identificados como católicos romanos.

23 CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA, Maceió, *Atas e pareceres da 66ª Assembleia Anual da CBB, 17-23 de janeiro de 1985*. Rio de Janeiro: Junta Executiva da CBB 1985, p. 71.